

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

O PROBLEMA DE PORTUGALE. NOVAS TEORIAS, NOVAS CONCLUSÕES.

PINTO, Sérgio da Silva

Ano: 1964 | Número: 74

Como citar este documento:

PINTO, Sérgio da Silva, O Problema de Portucale. Novas teorias, novas conclusões. *Revista de Guimarães*, 74 (3-4) Jul.-Dez. 1964, p. 281-289.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O problema de *Portucale*. Novas teorias, novas conclusões

Pelo Prof. DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO.

O problema de *Portucale*, incluído num Colóquio de Arqueologia, implica, por certo, para esta ciência, um sentido mais amplo do que o ordinário nos nossos dias. Na verdade, quem diz hoje Arqueologia refere-se, quase sempre, a um saber, na prática, confinado à investigação e à compreensão cultural, analítica, classificadora dos restos materiais chamados monumentos ou objectos arqueológicos. Ser arqueólogo ou fazer arqueologia é saber imputar ao passado alguma coisa da factura humana: sabê-la procurar, sabê-la compreender (identificar, interpretar) e sabê-la conservar. Porém, se não erro muito, Arqueologia pode ter ainda um sentido clássico, mais vasto, legítimo também. A História vê o passado através de todos os elementos heurísticos e sobretudo mediante os textos literários originários; a Arqueologia contempla o passado só ou principalmente através dos restos ou monumentos materiais. Enquanto a História considera, de preferência ou em primeiro lugar, os factos históricos externos ou políticos, isto é, os sucessos individuais de grande projecção, a Arqueologia encara, notadamente, os factos históricos internos ou culturais, apoiada menos em textos do que noutras expressões civilizacionais.

A Arqueologia, no sentido amplo, é, pois, também, uma forma de fazer ou refazer a História. Constitui, sobretudo, uma valiosa ciência informativa para a história geral ou para a história nacional da cultura.

Ora, é nesta perspectiva que eu me atrevo, neste Colóquio (*), a apresentar a minha síntese e as minhas conclusões sobre o problema de *Portucale*.

(*) Este artigo constituiu a comunicação apresentada pelo autor ao III Colóquio de Arqueologia, promovido pelo Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto, em Maio de 1964.

As reflexões que vou ensaiar, modestíssimas pela frouxidão dos meus recursos, possuirão, ao menos, um cunho de objectividade e de concisão. Reportam-se às teses ou teorias explicativas que se têm sucedido no propósito de aclarar as origens do nome e do núcleo démico primitivo de *Portucale*.

É possível que, mercê do ângulo visual que vou adoptar — a perspectiva sintetizadora de tudo que parecer válido — sem embargo da minha debilidade, eu avance um pouco no caminho das soluções.

*

Saltarei por cima das conjecturas ou invenções dos antiquários que ornamentaram o aparecimento de *Portucale* com as mais surpreendentes fábulas. Restringir-me-ei à selecção e à pesagem das principais explicações científicas formuladas até hoje.

Leite de Vasconcelos e Mendes Correia, este a completar aquele, apresentam-nos, como é consabido, uma teoria que tem inegável base objectiva. *Portucale*, segundo o primeiro, representava a justaposição de dois termos (um nome comum, *portus*, ligado a um onomástico primitivo, pré-latino, *Cales*). *Portus*+*Cales*. O porto chamado *Cales*. Admitia ele a existência, a norte do Douro, de uma *civitas*, isto é, de uma comunidade-território, que se centrava numa povoação principal. Seria um lugar (*locus*), fortificado num cimo (*castrum*), com o seu porto rente ao rio (*portus*). O autor das *Religiões da Lusitânia* estribava-se num texto de Salústio (séc. I a. C.), transcrito por Sérvio (séc. IV). Segundo este, além de uma *Cales* na Campânia, havia outra *Cale*, *civitas* na Galécia, «comemorada por Salústio, por ter sido tomada por Perpena». Nos códices, por lapso, em vez de Galécia, escrevera-se Gália, mas Gerardo Vóssio, humanista do séc. XVI, no seu comentário à *Corografia* de Mela, fizera a devida correcção. À parte esta fonte, e a confirmá-la, apresentava também outro documento: o *Itinerário* de Antonino, roteiro vial romano (séc. IV). Nele regista-se *Calem*, penúltima

estação na estrada de Lisboa a Braga, a 35 milhas desta última urbe.

Mendes Correia aceitara a construção de Leite de Vasconcelos, mas deu-lhe, com grande ressonância, nova fundamentação. Mediante um acúmulo de elementos heurísticos, descortina, num dos outeiros do Porto contemporâneo, o do Corpo da Guarda, paralelo ao da Sé ou Penaventosa, um topónimo eloquente, caído em desuso a partir do séc. XVI — *Cividade*. Nesse morro, diversas pesquisas arqueológicas, ainda que parcelares, devido à urbanização actual, trouxeram a confirmação de haver existido aí uma remota povoação cintada de muralhas, ou seja, um castro. Mais ainda: no cerro vizinho da Sé, entre outros restos materiais aparecidos, surge uma ara votiva dedicada aos Lares Marinhos. Mendes Correia tinha neste achado, identificado por António Cruz, impressiva achega para a sua tese: naquelas eminências, particularmente na primeira, a *Cividade*, mas secundado pela segunda, estaria o centro inicial de *Portucale* ou do Porto, a saber, a *Cale* pré-romana e o seu anexo, sacralizado, talvez, na época romana, como lugar de culto público aos deuses protectores dos homens na guerra e lidas marítimas. Não teria sido menos modesta, na primeira idade do ferro, em pleno vilanovense, a ocupação humana mais antiga da área de Roma, o povoado do Germal, no Palatino.

Ficava o mencionado castro do Corpo da Guarda sobranceiro ao rio da Vila, hoje encanado sob o leito da rua Mousinho da Silveira, e que vinha do Norte até confluír, muito perto, na zona da Ribeira, com o caudaloso Douro. Naquele planalto situava-se, quase de certeza, a velha *Cale*. Constituía, com o seu porto, um todo, à entrada do vale por onde corria o prístino ribeiro. Com a paz romana, é evidente, os povoadores de *Cale* ter-se-iam concentrado na terra baixa subjacente, isto é, no seu porto. Assim se radicou a denominação de *Portucale*.

Um terceiro nome sobressai entre os que têm reportado *Portucale* à composição sintética de *Cales* e *portus*. É o do eminente Prof. Luís de Pina. Com Mendes Correia, admite haver-se alcandorado a primitiva *Cale*, origem de *Portucale*, na cidade do Corpo da Guarda. Mas formula outra hipótese, rica de coerência,

de lógica, e não menos de rasgada visão, apoiada também nos dados arqueológicos. Os núcleos dêmicos mais chegados à Cividade (castros e póvoas ribeirinhas) formariam com ela a região de Cale. Tudo se aglutinaria, no curso terminal do Douro. As elevações tornavam-se atalaias; as terras baixas, os embarcadouros.

A sugestão que não distingue a Cividade-monte do seu porto, nem sequer de um quadro maior, em que se inclui, coberto pelo onomástico Cale, na costa alta, escarpada, do rio, terá, segundo creio, a contra-prova completa nas mais recentes teorias explicativas de carácter histórico-filológico.

Antes, contudo, devem referenciar-se dois aspectos que a questão ainda oferece, concernentes ao topónimo Cale.

Em primeiro lugar, o Prof. Torquato de Sousa Soares, num dos seus últimos trabalhos — *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal* (Coimbra, 1962) — com afirmar, de igual modo, a fusão de Portus e Cale no apelativo *Portucale*, ressuscita, no entanto, a tese que faz derivar Gaia do nome Cale ou Calis. Apoiar-se na autoridade de um toponimista exímio (o Dr. Joaquim da Silveira). Coloca, assim, o *Portucale* mais antigo a sul do Douro, sem excluir o da margem direita. Observe-se, neste momento, que a emenda do humanista Vósio ao trecho salustiano de Sêrvio como vem nos códices (Gália por Galécia) perdeu já aquela consistência que se imaginava. (É o aviso, ao que julgo definitivo, do Dr. Sousa Machado; o mesmo parecer emitira, no séc. xvii, o académico Contador de Argote; agora, graças a Pina Manique e Albuquerque, conhece-se onde Salustio situava Cales civitas in Galia: na Itália, no antigo território dos Galo-Senónios). Observe-se ainda que o *Portucale* da margem esquerda está realmente documentado. Não me é possível, dada a escassez do tempo, demorar no problema que se põe da anterioridade o *Portucale* gaiense. Uma pleiade de graves historiadores a sustenta (Gonzaga de Azevedo, Alberto Sampaio, etc.). Porém, segundo penso, sem receio de cair na crítica de espírito contraditório, essa discordância não tem significado absolutamente irreductível. O *Portucale* do sul do Douro, se indica a existência, também aí, de um núcleo chamado Cale, e de um porto, não

colide, de forma alguma, com a quase contemporaneidade, senão simultaneidade prática, pelas mesmas exigências do tráfico, de um outro *Portucale*, cais de encontro na margem fronteira, já no território dos Galaicos. Há que advertir — e este ponto é que mais importa — que o único *Portucale* que vingou, que se tornou sede política e eclesiástica importante, o único donde derivou a extensão coronímica do nome que nos vincula, a nós Portugueses, foi o *Portucale* do norte do Douro.

O segundo aspecto da questão, atrás anunciado, sobre o enigma do onomástico Cale, é, ao que se me afigura, o que ainda suscita o mapa do anónimo de Ravena (séc. VII), em que, na via romana de Lisboa a Braga, se menciona a estação de Calo, a norte do Douro. Consoante o próprio cartógrafo ravenense, a Tabula é cópia do mapa-mundi de Castorius (séc. IV). No aviso do seu último editor científico (Conrado Müller), o mapa data, sem dúvida, do séc. IV: foi feito, todo de uma só vez, sobre itinerários, gráficos e literários, que remontam, pelo menos, até Diocleciano. Repare-se pois: num mapa-mundi originariamente romano (séc. IV), elaborado sobre fontes anteriores, e numa cópia do séc. VII, o mesmo topónimo Cale de Antonino (ou Calo) vem designado à quem Douro, já na Galécia.

É altura, finalmente, de aludir às tais correntes interpretativas modernas sobre a etimologia de *Portucale*. Em vez de uma composição sintética (um termo comum latino, *portus* + um onomástico pré-latino, *Cales*), propõe-se agora que a palavra *Portucale* terá resultado de dois substantivos comuns, a representar um só nome, que se repete em dois idiomas. *Portucale* = porto, porto. Deste modo se justifica a coexistência de dois ou mais *Portucales*.

Dois autores, em estudos independentes, expõem a nova concepção: Francisco José Veloso e Sousa Machado. Este diz-nos que os Romanos apuseram a Cale o nome de *portus* como sinónimo ou em sentido aproximado. Cale significaria «abrigo», «lugar de embarque» ou «atravessamento», tal como no aviso de Adrien Blanchet. O primeiro também julga Cale termo indígena, pertencente a um estrato filológico antigo. A palavra *portus* constituiria o seu sinónimo latino. «Os colonizadores tratavam, às vezes, de explicar os

topónimos (que encontravam) juntando-lhes o equivalente na própria língua. Assim dizemos nós hoje: «o lago Niassa» sem nos lembrarmos que estamos a dizer «o lago Lago».

No que dissentem é no sentido próprio de Cale: escarpas, segundo Veloso; lugar ribeirinho, segundo Sousa Machado. Note-se, porém (e sem querer forçar uma concordância) que «escarpas», ao que penso bem adequado significado de Cale a evocar a ideia de costa rochosa, ideia assaz documentada (ver por todos Dauzat) — «escarpas», dizia, pode corresponder a «chanfradura», a abrigo desenhado na costa alta. O porto, porto no lugar da Ribeira, ou em Miragaia, ao pé do rio, não se opõe à ideia de margem escarpada: o porto, porto estaria à entrada de um vale de penetração, onde recomeçava a estrada romana.

Deixando o que é divergente nos dois autores, notemos só a parte positiva englobante: nas duas margens e nos dois topos da via romana haveria duas Cales, dois portos, inscritos na orografia da costa. Pondere-se que o processo da tautologia (porto sinónimo de Cale), recebe a anuência de um toponimista da categoria de Charles Rostaing.

Coteje-se esta conclusão com essoutra afirmada pelo Prof. Luís de Pina (para o *Portucale* do Porto): cimos e terras baixas a formarem conjunto. Nesta concepção unificante de duas teses, que a medo apresento, se conciliam, objectivamente, o conceito das duas Cales com os embarcadouros respectivos, no curso terminal do Douro, e a etimologia tautológica, pleonástica que realmente me convence.

O ilustre onomasticista Rogério de Azevedo, que já deu a sua adesão ao processo tautológico, no caso do nosso *Portucale*, afirmando que «os Romanos não fizeram mais do que traduzir (Cale) na sua língua», alvitra, contudo, outra hipótese para a génese do nome. Cale ou Calem, no seu início, procederia de um trivial advérbio — *allen kalen* — com o significado de «aqui e além», locução que o uso popular teria simplificado, elidindo o primeiro termo e conservando o primitivo duplo sentido.

Vê-se pois que a expressão Cale ou Calem tem variantes de sentido, de ordem semântica, mas, nesta

conjuntura do Cale ou Calem duriense, os principais sentidos convergem para uma explicação completa, adequada, deveras impressionante, convincente. O étimo significava lugar vago — aquém e além; lugar em sentido duplo; e também lugar escarpado, passagem, porto. Talvez começasse num advérbio; talvez coincidissem com um nome aplicado a uma costa pedregosa e a um porto nela aberto. Como quer que seja, a Cale duriense aparece-nos dupla e onomástica de uma região costeira ao caudaloso rio.

Pondere-se que no séc. xvii, Pereira de Novais — já aqui, neste Colóquio, tão judiciosamente focado pelo Prof. Luis de Pina — quase adivinhara a explicação moderna, pleonástica, tautológica de um Francisco José Veloso, de um Sousa Machado, de um Charles Rostaing, de um Rogério de Azevedo. Ouçámo-lo mais uma vez, traduzido do texto castelhano: «Os Romanos foram os primeiros que começaram a chamar Porto,... deduzido do primeiro que tinha de Cale que, bem visto, tudo é um... Achando... Cale lhe chamaram *portus* na sua língua latina... Cale significa... porto e habitação. Vendo os Romanos que Cale significa tudo isso, juntaram ao seu idioma o de Porto e... dizem tudo junto *Portucale*...».

Em suma: a expressão *Portucale*, quase sem dúvida, está relacionada com duas estações viárias chamadas Cales aquém e além rio (é aliás a posição do Prof. Damião Peres). Cales seriam, assim, nomes comuns que com o tempo se fizeram próprios. Cada um dos *Portucales* queria dizer porto, porto, abrigo rente ao rio, sem prejuízo da *facies* escarpada do todo.

Repare-se, por último, num texto de Idácio que, se não me iludo, contém mais uma prova, não aduzida ainda, de que o termo *Portucale* (Porto, Porto) não se reportava, no séc. v, apenas a uma terra baixa, a um embarcadouro à beira rio. É quando, no ano 456, nos afirma que Requiário, o rei suevo católico, vencido pelos Godos arianos, fugira para o «locus qui *Portucale* appellatur» e aí pelejara o seu último recontro. Foi, portanto, no seu próprio castelo, porventura no castro novo, de que rezam várias cópias de um documento do séc. vi (o *Parochiale Suevicum*), que Requiário ofereceu à história o último assomo da sua resistência.

O lugar de *Portucale* é, na verdade, como pensara o Prof. Luís de Pina, uma região, uma zona, na costa alta do Douro, por onde se entrava na Galécia. Só esse *Portucale*, situado no Convento jurídico de Braga, só esse *Portucale* setentrional ao Douro teve relevo histórico. Como palavra emblemática abarcou, sucessivamente, um lugar, um território, uma diocese, uma província, um reino. Ao princípio só na Península e na Galécia sueva; depois, sulcando os mares, em pedaços pelo mundo repartido, devém símbolo de toda a nação portuguesa unitária daquém e dalém mar!

ADENDA

1. NOTA BIBLIOGRÁFICA

Sobre a posição de J. LEITE VASCONCELOS ver: *Religiões da Lusitânia*, II e III, Lisboa, 1905, 1913; *Cale e Portucale*, in «Revista Lusitana», vol. 29, Lisboa, 1931; *Lições de Filologia*, nova edição, Rio de Janeiro, 1959. Quanto à posição de MENDES CORRÊA ver a última bibliografia do mesmo: *As origens da cidade do Porto (Cale, Portucale e Porto)*, Porto, 1932; *A antiguidade do Porto*, in «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses», II, Lisboa, 1936; *Fontes Antiquitatum Portucalensium*, Porto, 1940. A posição do Prof. LUIS DE PINA vem no seu trab. *O Porto na conquista de Lisboa*, in «Duas cidades ao serviço de Portugal», edição do Município do Porto, I, Porto, 1947. Do Prof. TORQUATO DE SOUSA SOARES, além da importante obra cit. ver também: *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto*, Barcelos, 1935. A posição de ANTÓNIO SOUSA MACHADO acha-se no seu livro: *As origens da cidade do Porto*, Porto, 1956. A tese de FRANCISCO JOSÉ VELOZO encontra-se no seu estudo: *Oestrymnis*, Braga, 1953. O depoimento de CHARLES ROSTAING transcreve-o SOUSA MACHADO no seu opúsculo *Ainda a formação da palavra Portugal*, Porto, 1957. Quanto à hipótese de ROGÉRIO de AZEVEDO ver o seu *Onomástico Ibérico*, Porto, 1958.

Em relação à ara votiva dedicada aos Lares Marinhos, em Penaventosa, ver: ANTÓNIO CRUZ, *O Porto na génese dos Descobrimentos*, Porto, 1960. No concernente à Cale «in Gallia» da Salústio, o parecer de Jerónimo Conçador de Argote vem nas suas *Memórias para a Hist. Eclesiástica do Arcebispado de Braga*,

I, p. 171 e segs., e o aviso de J. de PINA MANIQUE e ALBUQUERQUE expoe-se na sua comun. *Cale Civitas in Gallia* apresentada ao XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Porto, 1962.

2. EXCERTO DAS RESPOSTAS DO AUTOR ÀS INTERVENÇÕES APÓS A LEITURA DA SUA COMUNICAÇÃO

1.º O texto de Idácio que avocou para mostrar como no séc. V o termo *Portucale* se não restringe a indicar uma *terra baixa*, — embora envolva, sim, um castelo, a saber, o *castro novo*, mencionado no «*Parochiale Suevicum*», — não explicita esse castelo. Não fale no *castelo de... Portucale*, o que invalida a equivocada réplica. Reporta-se, com todas as letras, ao «*locus qui Portuncales appellatur*».

.....

.....

4.º Não se referiu à doutrina do P.º DOMINGOS MOREIRA quanto à *Etimologia de «Portucale»* (título do seu trabalho) porque, sem embargo da erudição desenrolada por este Autor, erudição que não pretende valorar, não lhe parece que possa ter aplicação ao duplo *Portucale* duriense. Consultou filólogos e, mercê dessa consulta, mais se lhe arreigou a convicção de que a tese do P.º DOMINGOS MOREIRA — criação do termo *Portucale* por sufixação — é assaz frágil em si mesma e, pelo menos, não tem que se aplicar aos *Portucales* do Douro. A «*Cale*» de Antonino e a «*Calo*» do anónimo de Ravena existem, são factos; e a sua existência não ajuda a hipótese ou teoria do Autor em causa.